

# Senado terá mais poder sobre dívidas estaduais

O líder do Governo no Senado, Ney Maranhão (PRN/PE), apresentou ontem um novo texto para o projeto de resolução que dispõe sobre as condições para a rolagem da dívida interna dos estados, municípios e o Distrito Federal. Objeto de consenso entre líderes partidários, o Governo e as secretarias de Fazenda dos quatro estados mais endividados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), o projeto estabelece como principal novidade que o pedido para a rolagem da dívida será agora protocolado no Senado Federal e o Banco Central terá que se pronunciar sobre o mesmo no prazo de dez dias. Há também um artigo que força o pagamento dos débitos com órgãos federais.

Segundo o senador Ney Maranhão, o texto que apresentou ontem reúne apenas o contexto que já foi objeto de negociação fechada. Mas como será votado somente no dia 7, poderá ainda incorporar outras alterações até aquela data, já que na segunda-feira haverá nova reunião para examinar a matéria. O interesse do Governo, segundo o líder, é brevar as possibilidades de endividamento dos estados, municípios e Distrito Federal.

## COMPROVAÇÃO

O artigo quarto do projeto estabelece que a celebração de operação de crédito, inclusive a concessão de qualquer garantia, pelos estados, pelos municípios ou por suas respectivas autarquias, somente poderá ser

efetuado se houver a comprovação de que o mutuário ou entidade garantidora estão em dia nas suas responsabilidades com o Tesouro Nacional e pagamento do Pis/Pasep, Finsocial, obrigações previdenciárias, FGTS e com instituições financeiras oficiais e federais.

O artigo 11 é o que determina que os pedidos para rolagem da dívida serão protocolados no Senado Federal e estabelece o prazo de dez dias para o pronunciamento do Banco Central, a contar do recebimento da solicitação. Se não o fizer, o Senado decidirá sem aguardar esse parecer. É que, de acordo com o líder Ney Maranhão, eram muitas as reclamações de tratamento diferenciado oferecido no Banco Central para a tramitação desses pedidos.

## ENTENDIMENTO

Até a aprovação do projeto de resolução, é possível que haja entendimento também para barrar a possibilidade de rolagem da dívida mais dez por cento do seu valor, como acontece hoje, porque o Governo pretende desestimular o endividamento. O senador Ney Maranhão revelou, por último, que na próxima semana o Senado deliberará sobre um pedido de rolagem feito pela Bahia, para rolar um débito de Cz\$ 22 bilhões, mas que será reduzido à metade, porque os líderes partidários e os técnicos do Tesouro acham que o estado não tem essa capacidade de endividamento.

01 DEZ 1990  
CORREIO BRAZILIENSE